

Os Meios de Prova em Processo Civil

2.^a edição revista e atualizada

2016

FERNANDO PEREIRA RODRIGUES

Juiz Conselheiro do S. T. J (jubilado)

OS MEIOS DE PROVA EM PROCESSO CIVIL

AUTOR

Fernando Pereira Rodrigues

1.ª Edição: Março, 2015

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nº 76, 78 e 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

ARTIPOL - ARTES TIPOGRÁFICAS, LDA.

Março, 2016

DEPÓSITO LEGAL

407426/16

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

RODRIGUES, Fernando Pereira

Os meios de prova em processo civil. – (Monografias)

ISBN 978-972-40-5971-6

CDU 347

1101318

ÍNDICE GERAL

Prólogo	9
Introdução	11
1 – A prova	11
A) Na realidade da vida	11
B) No direito	13
Modalidades e princípios da prova	15
2 – Noção e modalidades da prova	15
A) A verdade dos factos	15
B) Modalidades da prova	17
3 – Os princípios da prova livre e da prova legal	18
A) A prova livre	18
B) A prova legal	24
4 – As presunções	30
A) Presunções legais	30
B) Presunções judiciais	30
5 – Os factos notórios e os conhecidos pelo exercício da função	31
A) Os factos notórios	31
B) Os factos conhecidos pelo exercício da função	32
O ónus da prova	33
6 – Regras gerais sobre o ónus da prova	33
A) O « <i>onus allegandi</i> »	33
B) O « <i>onus probandi</i> »	40
7 – Casos especiais sobre o ónus da prova	45
8 – Inversão do ónus da prova	46
9 – Convenção sobre o ónus da prova	47

OS MEIOS DE PROVA EM PROCESSO CIVIL

10 – A contraprova	48
11 – A prova do direito	49
A prova por confissão	51
12 – Noção de prova por confissão	51
13 – Capacidade e legitimação para confessar	53
14 – Inadmissibilidade da confissão	54
15 – Características da confissão	55
A) A confissão é indivisível	55
B) A confissão é irretroatável	58
16 – Modalidades da confissão	59
17 – Valor probatório da confissão	61
18 – Nulidade e anulabilidade da confissão	63
19 – Prestação da confissão em juízo	66
A) Como pode ser feita	66
B) Regime de prestação de depoimento	67
1. O lugar	67
2. A ordem	67
3. O juramento	68
4. O interrogatório	68
A Prova por Declarações da Parte	71
20 – Admissibilidade de declarações de parte	71
21 – Momento e formalismo das declarações de parte	72
A Prova documental	73
22 – Conceito de documento	73
23 – Documentos escritos	74
24 – Exigência legal de documento escrito	76
25 – Documentos estrangeiros	77
26 – Documentos autênticos	78
27 – Autenticidade de documento autêntico	79
28 – Força probatória dos documentos autênticos	80
29 – A falsidade do documento autêntico	82
30 – A arguição da falsidade	85
A) De documentos autênticos	85
1. Tramitação normal	85
2. Tramitação especial	86
B) De documentos particulares	86

31 – Documentos particulares	87
A) A assinatura	87
B) A falta de assinatura	89
32 – Autoria da letra e da assinatura	90
A) Reconhecimento da letra e da assinatura	90
B) Impugnação da letra e da assinatura	91
33 – O reconhecimento notarial de documento particular	92
34 – A força probatória do documento particular	93
A) Documento particular reconhecido	93
B) Documento particular autenticado	95
C) Documento com assinatura em branco	95
D) Valor probatório dos telegramas	96
35 – O valor probatório dos meros registos e anotações de pagamentos	97
36 – O valor probatório das notas em seguimento, à margem ou no verso do documento	98
37 – O valor probatório das certidões	99
38 – O valor probatório das públicas-formas	100
39 – O valor probatório das fotocópias de documentos	101
 Processamento da prova documental	 103
40 – A apresentação dos documentos em juízo	103
41 – A apresentação dos pareceres em juízo	105
42 – A notificação dos documentos à parte contrária	106
A) A oportunidade da notificação	106
B) Princípio do contraditório	107
C) A reprodução cinematográfica ou um registo fonográfico	109
43 – A junção de documentos na posse da parte contrária	110
A) Interesse do documento para a decisão	110
B) Posição da parte em face da notificação	111
44 – Invocação de motivo para recusa	111
A) O segredo profissional	112
B) O segredo de funcionários	112
C) O segredo de Estado	113
D) O sigilo bancário	115
E) O segredo comercial	118
45 – A junção de documentos na posse de terceiro	120
46 – A requisição de documentos	121
A) A quem pode ser feita	121
B) Pagamento das despesas	122

C) Notificação às partes	123
47 – Legalização e tradução de documentos passados no estrangeiro	123
A) Legalização dos documentos	123
B) Tradução dos documentos	124
1. Regime do Processo Civil	124
2. Regime do Código do Notariado	125
3. Regime do Registo Predial	125
4. Regime do Registo Civil	125
48 – Documento de difícil leitura	126
49 – Junção e restituição de documentos e pareceres	127
50 – Junção de documentos impertinentes ou desnecessários	129
A) Rejeição de documentos impertinentes ou desnecessários	129
B) Noção de documentos impertinentes e desnecessários	130
51 – Desentranhamento de documentos impertinentes ou desnecessários	131
52 – Impugnação da genuinidade de documento	132
A) Modalidades de impugnação	133
B) Impugnação de reproduções fotográficas e outras e de notas à margem	134
53 – Refutação da autenticidade ou da força probatória de documento	135
A) A arguição da falsidade no devido prazo	135
B) Notificação à parte contrária e produção de prova	136
C) A falsidade dos atos judiciais	137
A prova pericial	139
54 – Objeto da perícia	139
A) Função da perícia	139
B) O perito e figuras afins	140
55 – A força probatória da perícia	141
56 – Requisição da perícia	142
57 – Perícia colegial	142
58 – Desempenho da função de perito com a diligência devida	143
59 – Impedimentos à nomeação de peritos	144
60 – Conhecimento oficioso e invocação dos impedimentos e de escusa	144
61 – Nova nomeação de peritos	145
62 – Desistência da perícia	145
63 – Proposição e objeto da prova pericial	146
64 – Prestação de compromisso pelos peritos	147
65 – Atos de inspeção por parte dos peritos	147
66 – Meios à disposição dos peritos	148
67 – Exame de reconhecimento de letra	148
68 – Fixação de prazo para a apresentação de relatório	149

69 – Relatório pericial	149
70 – Segunda perícia	150
A prova por inspeção judicial	153
71 – Noção de inspeção judicial	153
72 – Finalidade da inspeção judicial	155
73 – Realização da inspeção judicial	157
74 – Auto da inspeção judicial	158
A) Teor do auto de inspeção	158
B) Valor probatório da inspeção	159
A prova por verificações não judiciais qualificadas	161
75 – Verificações não judiciais qualificadas	161
A prova por apresentação de coisas móveis ou imóveis	163
76 – A apresentação da coisa	163
A) Noção	163
B) Distinção da perícia e da inspeção	164
77 – O modo de apresentação da coisa e o exercício do contraditório	165
A Prova testemunhal	167
78 – Conceito de prova testemunhal	167
79 – Admissibilidade da prova testemunhal	168
80 – Inadmissibilidade da prova testemunhal, por exigência de escrito	169
81 – Inadmissibilidade da prova testemunhal sobre convenções contrárias ou adicionais a documento autêntico ou particular	170
82 – Força probatória da prova testemunhal	173
A) O velho sistema da prova legal	173
B) O princípio da liberdade de apreciação	174
C) O testemunho de uma única pessoa	175
83 – Fiabilidade e falibilidade da prova testemunhal	177
A) O perigo da infidelidade	177
B) Constrangimentos à livre apreciação	179
84 – A capacidade e as incapacidades para depor como testemunhal	180
A) O interdito, o cego e o surdo	181
B) Os menores	181
C) As pessoas, física ou mentalmente, incapazes	182
85 – Impedimentos para depor como testemunha	183
86 – Recusa legítima [facultativa] para depor como testemunhal	184
A) O vínculo de parentesco	184

OS MEIOS DE PROVA EM PROCESSO CIVIL

B) O vínculo conjugal	185
C) O vínculo da união de facto	185
87 – Recusa obrigatória para depor como testemunha	186
A) O segredo profissional	186
B) O segredo de funcionários	187
C) O segredo de Estado	187
D) O sigilo bancário	189
E) Âmbito do segredo profissional	191
88 – Designação e alteração da prova testemunhal	192
A) Oportunidades para apresentação do rol	192
B) Alteração do rol	193
89 – Designação do juiz como testemunha	194
Lugar e momento da inquirição	197
90 – Depoimento em audiência	197
91 – Produção antecipada de prova	198
92 – Inquirição no local da questão	198
93 – Inquirição por teleconferência	199
94 – Inquirição na sua residência ou sede dos serviços	200
95 – Inquirição do Presidente da República	201
96 – Inquirição de outras entidades	201
97 – Pessoas impossibilitadas de comparecer por doença	202
98 – Impossibilidade ou grave dificuldade de comparência no tribunal	202
99 – Impossibilidade ou grave dificuldade de atempada comparência na audiência	203
100 – Comparência das testemunhas para inquirição	204
A) A apresentação e a notificação para comparência	204
B) A falta injustificada	205
101 – Limite do número de testemunhas	207
A) Número máximo de testemunhas	207
B) Número de testemunhas a cada facto	208
Prestação dos depoimentos	211
102 – Ordem dos depoimentos	211
103 – Juramento e interrogatório preliminar	212
A) Importância do juramento	212
B) O interrogatório preliminar	214
104 – Impugnação da admissão da testemunha	215
A) Fundamentos da impugnação	215
B) Audição da parte contrária	217

C) Oferecimento da prova	217
105 – Depoimento da testemunha	218
A) Objeto do depoimento	218
B) Direitos da testemunha	218
C) O interrogatório correto e a instância inadmissível	219
1. O dever de urbanidade e de respeito	219
2. As perguntas impertinentes e sugestivas	221
3. A força probatória do depoimento	222
4. A instância inadmissível	222
106 – Inquirição por acordo das partes	223
107 – A contradita	224
A) Dedução do incidente	224
B) Fundamento e objetivo da contradita	224
C) Audição da parte contrária	225
108 – A acareação	226
A) Condicionalismo da acareação	226
B) Condução da acareação	229
109 – Inquirição por iniciativa do tribunal	230
A) A circunstância da inquirição	230
B) A necessidade da inquirição	230
C) O uso de poder não discricionário	231
110 – Abono das despesas e indemnização	232
A) Requisitos do abono	232
B) As despesas	233
C) A indemnização	233
D) O direito à indemnização	234
Provas atendíveis e dever de cooperação	
111 – As provas atendíveis	235
A) O princípio da aquisição processual	235
B) A dúvida do julgador	236
C) A qualificação do facto	237
112 – Princípio da audiência contraditória	238
A) Como princípio estruturante do processo	238
B) Aplicação à produção de prova	238
113 – Dever de cooperação para a descoberta da verdade	240
A) Dever de colaboração de todo o cidadão	240
B) Sanções para a falta de colaboração	241
114 – Dispensa de confidencialidade pelo juiz da causa	243

OS MEIOS DE PROVA EM PROCESSO CIVIL

Antecipação da produção de provas	245
115 – Produção antecipada de prova	245
A) A necessidade da antecipação	245
B) Quem pode requerer	246
Valor extraprocessual das provas	249
116 – Valor das provas fora do processo	249
Registo da prova	253
117 – Registo dos depoimentos	253
A) Depoimentos prestados antecipadamente ou por carta	253
B) Registo dos depoimentos prestados em audiência final	254
C) Forma de gravação	255
Objeto do litígio e temas da prova	259
118 – Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas da prova	259
A) Quanto ao objeto do litígio	261
B) Quanto à enunciação dos temas da prova	263
119 – Indicação das provas	272
A) Momento para apresentação das provas	272
B) Adição e alteração do rol de testemunhas	273
Audiência final	275
120 – Discussão da matéria de facto	275
A) A realização das diligências de prova	275
B) Ampliação da matéria de facto na audiência	278
121 – Discussão da matéria de facto	279
A) Os debates orais	279
B) A boa exposição nos debates	282
122 – Princípio da plenitude da assistência do juiz	283
123 – Julgamento da matéria de facto	288
A) A discriminação dos factos na sentença	288
B) Análise crítica das provas	288
124 – Liberdade de julgamento	292
125. Exceções à liberdade de julgamento	292
Os factos na sentença	295
126 – Discriminação dos factos na sentença	295
A) Descrição dos factos	295
B) A ordem lógica e cronológica dos factos	296
127 – Atendibilidade dos factos jurídicos supervenientes	297

Julgamento dos factos pela Relação	301
128 – Modificação da decisão de facto pela Relação	301
A) Condições para a alteração da matéria de facto	301
B) Renovação dos meios de prova	304
C) Anulação da decisão da matéria de facto	305
D) Anulação para ampliação da matéria de facto	306
E) Determinação da fundamentação da decisão de facto	306
129 – Ónus do recorrente impugnante da decisão da matéria de facto	307
Julgamento dos factos pelo Supremo Tribunal de Justiça	311
130 – Alteração dos factos pelo STJ	311
Prova nos procedimentos cautelares	317
131 – A Prova no procedimento cautelar comum	317
A) Requisitos de admissão do procedimento	317
B) Produção de prova	319
132 – A Prova nos procedimentos cautelares especificados.	321
A) Especificidades	321
B) A restituição provisória da posse	322
C) Suspensão das deliberações sociais	323
D) Alimentos provisórios	324
E) Arbitramento de reparação provisória	325
F) Arresto	326
G) Embargo de obra nova	328
H) Arrolamento	331
A prova na execução	335
133 – A prova em processo de execução	335
A) O título executivo	335
B) Espécies de títulos executivos	337
As sentenças e os despachos	337
As sentenças estrangeiras e títulos exarados no estrangeiro	338
Os documentos	338
C) As partes da execução	338
Bibliografia	341
Índice analítico	343